

PROCON RJ

Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro

CONCURSO PÚBLICO

Curso de Formação

EXECUTIVO PÚBLICO

Data: 22/07/2012

Duração: 4 horas

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este **Caderno**, com 40 (quarenta) questões da Prova Objetiva do Curso de Formação, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo:

Gestão de Pessoas na Administração Pública	Gestão de Contratos, Convênios e Ajustes	Gestão do Patrimônio Público	Análise de Sistemas
01 a 10	11 a 20	21 a 30	31 a 40

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo:

A	B	<input checked="" type="checkbox"/>	D
---	---	-------------------------------------	---

05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C e D), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- **Será eliminado** do Concurso Público o candidato que:

a) Utilizar, durante a realização das provas, telefone celular, bip, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda telefônica, notebook, calculadora, palmtop, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação.

b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas**.

Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova. Podendo levar seu Caderno de Questões.

O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões **não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato.**

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.

GESTÃO DE PESSOAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

01. Gestão de Pessoas pode ser entendida:

- A) como diversos subsistemas de gestão de pessoas com funções específicas e que não dependem um do outro
- B) como um conjunto integrado de processos de gestão de pessoas dinâmicos e integrados
- C) como processos para recompensar pessoas
- D) como um processo utilizado para acompanhar e controlar as pessoas

02. A Gestão Pública tem como desafios:

- A) ser eficiente
- B) desburocratizar os processos
- C) repensar a identidade, os métodos de gestão e a função do servidor público
- D) a qualidade de vida do servidor público

03. A liderança contemporânea destaca-se:

- A) pelo conflito e procura de culpa
- B) pela visão holística da organização, do homem, da sociedade e da natureza
- C) pelo estilo *laissez-faire* de liderar
- D) pela visão superficial dos objetivos de vida e do trabalho

04. O trabalho em equipe tem como características:

- A) a cooperação, o comprometimento, a sinergia e a criatividade
- B) a satisfação do líder da equipe
- C) a centralização e a harmonia nos relacionamentos
- D) o retrabalho

05. Reuniões, encontros de boas práticas, seminários que buscam reflexão, avaliação e compartilhamento de ideias são exemplos do fundamento MEGP

- A) Foco no cidadão e na sociedade
- B) Responsabilidade Social
- C) Aprendizado Organizacional
- D) Controle social

06. O processo de comunicação eficaz compreende :

- A) informações centralizadas no chefe
- B) só as mensagens de interesse da gerência são repassadas para os subordinados
- C) o gerente mantém o fluxo de informações pelos contatos frequentes com superiores, colegas, subordinados e usuários de seus serviços
- D) suposição de que o receptor domina o assunto e não precisa de orientação

07. A partir da Era da Informação (1990 em diante), o modo de lidar com as pessoas caracterizou-se pela:

- A) ênfase nas regras e controles rígidos para regular as pessoas
- B) ênfase nos objetivos organizacionais para dirigir as pessoas
- C) ênfase na liberdade e no comprometimento para motivar pessoas
- D) cultura de classe pensante e não pensante, cabendo ao operário somente execução das tarefas

08. O êxito da Gestão tem como principais atitudes da liderança:

- A) coerência, coragem, clareza e consideração
- B) coragem e clareza
- C) consideração e clareza
- D) coerência e consideração

09. O líder para atuar de acordo com as abordagens contemporâneas necessita:

- A) buscar autoconhecimento
- B) buscar autoconhecimento e autodesenvolvimento
- C) ter competência técnica
- D) ser autocrático

10. A liderança transformadora:

- A) é educativa e integradora
- B) percebe o homem como um recurso
- C) é centrada nas tarefas
- D) usa o poder do cargo para alcançar resultados

GESTÃO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E AJUSTES

11. A cada exercício financeiro há de existir um orçamento correspondente, com finalidade de atender às previsões e necessidades planejadas pela Administração Pública, as quais são previamente apresentadas ao legislativo visando a aprovações. A lei orçamentária, portanto, é o instrumento para atender aos dispêndios administrativos de cada exercício financeiro competente.

Com efeito, é correto dizer:

- A) que não poderá haver despesa, sem prévio empenho que a comporte
- B) que toda contratação, sem exceção, está adstrita à vigência do respectivo crédito orçamentário anual de competência, mesmo as contratações de caráter continuado
- C) que a lei orçamentária anual visa a atender as despesas da administração, de acordo com as necessidades que se apresentarem no curso do exercício financeiro de competência, pelo que, a rigor, o planejamento prévio é desnecessário
- D) que poderá a Administração celebrar contratações sem empenho que compoitem suas despesas

12. As promoções licitatórias públicas se instauram a partir de sua publicidade. É verdadeiro dizer:

- A) que a imprensa oficial é o único veículo de divulgação da Administração Pública para tal finalidade
- B) que o Diário Oficial e o jornal de circulação, local ou regional, estariam para publicar somente as divulgações dos resultados decorrentes das licitações ultimadas
- C) que para a divulgação de uma licitação, atualmente prevista na legislação, é suficiente a publicidade na internet
- D) que todas as assertivas acima estão incorretas

13. O interstício para a publicidade do edital da modalidade licitatória de pregão corresponde a, no mínimo, 8 (oito) dias úteis, contabilizando-se, a partir de sua divulgação, o primeiro dia útil seguinte, admitindo-se realizar o evento no oitavo dia útil. Com efeito, nesse interregno temporal, entre a divulgação propriamente dita e a realização da licitação, está prevista a interposição de "impugnação" por intermédio de qualquer cidadão e/ou interessado contrariamente as letras do ato convocatório sob promoção.

Podemos afirmar:

- A) que a administração promotora do evento revogará a licitação, se constatar a existência de razões, na impugnação, que demonstrem vícios na especificação do bem que se pretende adquirir na licitação e que, em decorrência, modifiquem a proposta de preço
- B) em se verificando inconsistência na exigência habilitatória, basta adotar as providências da retificação nas letras do edital e manter a data designada para o evento licitatório. Em se verificando provimento em item que venha a refletir na apresentação da proposta de preços, basta providenciar a retificação no edital e devolver o prazo inicialmente previsto para a realização de nova sessão pública da licitação, sendo certo que essas retificações serão realizadas nos mesmos meios que se deu o texto originário de divulgação do evento
- C) a suspensão de uma licitação, em vias de ser realizada com vícios, quer na exigência habilitatória ou em tópico da planilha de preços, somente poderá ocorrer pela administração mediante ato do judiciário provocado por terceiros interessados
- D) todas as afirmações das alternativas são incorretas

14. A Lei do Pregão, diferentemente do Decreto Regulamentador, tanto da União bem como do Estado do Rio de Janeiro:

- 1- estabelece que a divulgação do evento licitatório será efetuado por meio de publicação de envio em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local, e, facultativamente, por meios eletrônicos e, conforme o vulto, em jornal de grande circulação.
- 2- estabelece que a fase competitiva de preços há de se verificar dentre as propostas escritas, como parâmetro basilar, para classificação dos licitantes para participar da prova de lances, os quais, a partir do preço mais barato serão classificados tantos quantos se afastarem desse preço em até 10% (dez por cento), pelo que não existindo pelo menos 3(três) candidatos nessa condição serão selecionados os autores das 3(três) melhores propostas.
- 3- não descarta a realização do pregão para a contratação de obra.

Estão corretas:

- A) todas as afirmações acima
- B) somente a afirmação 1 está correta
- C) somente as afirmações 2 e 3 estão corretas
- D) somente a afirmação 3 está correta

15. A Lei de Licitações nº 8666/93 dispõe que, preferencialmente, as compras deverão ser processadas através de sistema de registro de preços. Os Decretos Regulamentadores, tanto para o âmbito da União, como para o do Estado do Rio de Janeiro, admitem também a contratação de serviços, além da forma de adesão, também chamada de "carona", às atas de promoções de outros organismos públicos, que não são somente advindas daquele órgão interessado em adquirir bens comuns ou a contratar serviços também comuns, assim sendo:

- 1- mediante a existência de preços registrados, a Administração não está obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a realização de licitações, pelos que somente estaria assegurado ao beneficiário da ata de registro de preços a preferência se os seus preços forem iguais ou menores aos obtidos nas licitações.
- 2- as promoções licitatórias para registro de preços independem da existência de orçamento.
- 3- a adesão à ata de registro de preços para a contratação de serviços comuns admite que estes venham a ser prorrogados, na forma do inciso II, do art. 57 da lei de licitações, em até sessenta meses.
- 4- para a adesão à ata de registro de preços é necessário demonstrar ampla pesquisa de mercado, com a finalidade de comprovar vantagem para a administração.

Pode-se afirmar que:

- A) todas as hipóteses estão corretas
- B) somente estão corretas as hipóteses 1 e 2
- C) todas as hipóteses estão incorretas.
- D) as hipóteses 2, 3 e 4 estão corretas.

16. O regime jurídico dos contratos administrativos confere a Administração, em relação a eles, prerrogativas, dentre as quais a modificação aos seus objetivos, bem como a rescisão unilateral a aplicação de sanções por inexecução total ou parcial dos contratados, a encampação de serviços essenciais e a prerrogativa de fiscalizar-lhes a execução. Ante essas hipóteses podemos afirmar que:

- 1- A Administração deverá convocar regular e formalmente o adjudicatário, vencedor da licitação, para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, os tidos instrumentos hábeis para contratar, dentro do prazo e condições estabelecidos no instrumento convocatório, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções preconizadas na lei de licitações.
- 2- que a formalidade da convocação pela administração é regra, e que a hipótese de prorrogação do prazo determinado pela Administração para que o adjudicatário assine o termo de contrato ou aceite ou retire o instrumento equivalente, poderá ser admitido caso a Administração aceite a justificativa apresentada, no prazo hábil, pelo adjudicatário, o que somente admitir-se-á uma única vez esta citada prorrogação de prazo.

Considera(am)-se correta a(s) alternativa(s):

- A) todas as alternativas estão corretas.
- B) todas as alternativas são incorretas.
- C) somente a alternativa 1 está correta.
- D) somente a alternativa 2 está correta.

17. A fiscalização dos contratos Administrativos diz respeito a uma das prerrogativas essenciais dispostas na Lei de Licitações nº8666/93, a saber:

- 1- para o acompanhamento e fiscalização de cada contrato administrativo, a Administração deverá designar, formalmente, um representante, o que permitirá a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes à atribuição designada.
- 2- o fiscal designado, representante da Administração, para a atribuição de acompanhamento e fiscalização do contrato, deverá dispor de um "livro" ou de um instrumento próprio de registro para as anotações de todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando, para a regularização de inobservâncias contratuais, faltas ou defeitos observados, o que for necessário ao preposto da contratada.
- 3- as sanções porventura a serem aplicadas ao contratado por inobservâncias contratuais verificadas poderão se adotadas diretamente pelo fiscal do contrato designado pela Administração.
- 4- as anotações regulares de inobservâncias contratuais verificadas pelo fiscal do contrato designado, desatendidas pela contratada, assim como o cometimento reiterado dessas faltas anotadas na forma da Lei de Licitações constituem motivo para a rescisão do contrato.
- 5- as sanções preconizadas na Lei de Licitações obedecem a uma hierarquia para a sua aplicação à contratada inadimplente, isto é, primeiramente, a advertência, para, em seguida, adotar a multa, depois a suspensão do direito de licitar, e, por último, a aplicação de inidoneidade.

Estão corretas as afirmativas:

- A) 3 e 5
- B) 1, 2 e 4
- C) 2 e 5
- D) 2 e 3

18. Relativamente às licitações e às contratações administrativas pode-se afirmar que:

- 1- não é prerrogativa da Administração Contratante a rescisão do contrato avençado, admitindo-se ao contratado a iniciativa da hipótese da rescisão, permitida a alternativa da suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que a situação seja regularizada pela Administração contratante, na hipótese de suspensão da execução contratual, por ordem da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, ou na hipótese de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração Contratante, relativamente a parcelas contratuais já executadas, salvo em casos de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.
- 2- a rescisão contratual somente se admitirá por iniciativa da Administração Contratante.
- 3- a partir da homologação da adjudicação da licitação ultimada regularmente, não poderá a Administração deixar de celebrar a contratação .

Podemos dizer que:

- A) estão incorretas as alternativas 1 e 3
- B) estão corretas as alternativas 2 e 3
- C) está correta somente a alternativa 1
- D) estão incorretas as alternativas 1 e 3.

19. Na hipótese de uma compra ultrapassar o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a constituição de uma comissão de, no mínimo, três membros, para recebimento provisório e definitivo de bens, é regra e está disposta na Lei nº 8666/93. Podemos dizer que:

- 1- independentemente do valor, se a aquisição do bem dispuser garantia ou assistência técnica, a formalidade da contratação é obrigatória.
- 2- as compras tidas como imediatas são aquelas com prazo de entrega previsto em até 30 (trinta) dias, a partir da apresentação da proposta, a qual, desde que não resulte obrigações futura, independentemente de seu valor, o termo de contrato é dispensável, facultada a substituição por outros instrumentos hábeis, previstos na Lei de Licitações.

Pode-se afirmar que:

- A) todas as alternativas estão corretas
- B) todas as alternativas estão incorretas
- C) somente a alternativa 1 está correta
- D) somente a alternativa 2 está correta.

20. O contrato administrativo há de dispor de cláusulas necessárias, previstas na Lei de Licitações. Em vista disso, podemos asseverar:

- 1- que é obrigação do contratado manter, na ocasião da celebração do contrato ou da retirada do instrumento equivalente para contratar, ademais durante toda a execução contratual, compatíveis as obrigações assumidas por ele, relativamente à habilitação e demais qualificações exigidas na licitação.
 - 2- que são tópicos vinculantes à contratação todas as condições dispostas no ato de convocação, considerando como tal o termo que a dispensou ou a inexistiu.
- A) todas as afirmativas estão corretas
 - B) todas as afirmativas estão incorretas
 - C) somente a afirmativa 2 está correta.
 - D) somente a alternativa 2 está correta.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

21. A legislação patrimonial que rege os bens públicos, para fins de gestão e controle, com fundamento no Código Civil, distingue os bens entre:

- A) bens imóveis, bens móveis e semoventes;
- B) bens imóveis, bens móveis permanentes e bens consumíveis;
- C) bens patrimoniais e bens não patrimoniais;
- D) bens do domínio privado do Estado e bens do domínio público do Estado.

22. A gestão dos bens imóveis do PROCON-RJ compete:

- A) à Subsecretaria de Patrimônio da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Rio de Janeiro – SEPLAG-RJ, órgão gestor dos bens imóveis do Estado;
- B) à Secretaria da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro, à qual está vinculada a Autarquia PROCON-RJ
- C) à Autarquia PROCON-RJ, nos termos definidos nos seus atos constitutivos;
- D) ao Conselho de Administração do PROCON-RJ.

23. É correto afirmar que a natureza jurídica dos bens públicos:

- A) são direitos reais;
- B) são bens que estão à disposição do povo;
- C) são recursos materiais;
- D) são direitos de propriedade pública.

24. De acordo com o Código Civil, no Brasil são bens públicos:

- A) os bens pertencentes à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal;
- B) os bens pertencentes às entidades que integram a Administração Pública;
- C) os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno;
- D) os bens pertencentes às Unidades da Federação, às autarquias, às fundações autárquicas, bem como às fundações públicas de direito privado, empresas públicas e sociedades de economia mista, desde que destinados à prestação de serviços públicos.

25. Para a alienação de bens dominicais do Estado, regra geral, é necessário:

- A) avaliação, licitação, desafetação e autorização do Governador;
- B) autorização legislativa, autorização do Governador, avaliação e licitação;
- C) autorização do Órgão Gestor, avaliação, concorrência pública e interesse público;
- D) autorização legislativa, publicidade, avaliação e licitação;

26. No Estado do Rio de Janeiro, são considerados inservíveis para a Administração, podendo ser objeto inclusive de descarte, os seguintes bens públicos móveis:

- A) bens em desuso, irrecuperáveis, antieconômicos ou obsoletos;
- B) bens quebrados, irrecuperáveis, reversíveis ou velhos;
- C) bens em desuso, imprestáveis, dominicais ou de baixo rendimento;
- D) bens de tecnologia ultrapassada, recebidos em doação, fora da validade ou quebrados.

27. O PROCON-RJ pode adquirir bens imóveis, respectivamente, por usucapião ou por sucessão:

- A) quando possuir como seu imóvel particular por 10 anos sem interrupção nem oposição, ou quando for beneficiário de herança jacente declarada vacante;
- B) quando possuir como seu imóvel particular por 5 anos sem interrupção nem oposição, ou quando for beneficiário de sucessão legal de outra entidade extinta;
- C) quando possuir como seu imóvel particular por 15 anos sem interrupção nem oposição, ou quando for beneficiário em sucessão testamentária;
- D) quando possuir como seu imóvel público por 15 anos sem interrupção nem oposição, ou quando for beneficiário em sucessão testamentária.

28. São bens imóveis do Estado do Rio de Janeiro, caso não tenham sido transferidos a terceiros, os seguintes bens imóveis públicos em espécie situados em seu território:

- A) os terrenos marginais e seus acrescidos, bem como as terras devolutas não pertencentes à União;
- B) os terrenos de marinha e acrescidos, bem como as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União;
- C) os terrenos reservados e seus acrescidos, bem como as terras devolutas não pertencentes à União;
- D) os rios, lagos e lagoas não pertencentes à União, bem como as ilhas costeiras.

29. Dirigente do PROCON-RJ pede ao novo funcionário da autarquia, concursado, que o oriente sobre pedido que deve enviar ao Estado do Rio de Janeiro, com vistas à disponibilização, a título gratuito, para a autarquia, de direito sobre imóvel do Estado onde pretende instalar a sua nova sede, realizando obras para esse fim. Os institutos adequados para serem utilizados, relacionados do mais estável para o menos estável, considerando os interesses do PROCON-RJ e a legislação estadual são:

- A) doação, concessão de direito real de uso ou entrega e recebimento;
- B) doação, concessão de direito real de uso ou cessão de uso;
- C) doação, aforamento gratuito ou concessão de direito real de uso;
- D) concessão de direito real de uso, cessão de uso ou permissão de uso.

30. Considerando a gestão patrimonial e as normas e princípios que são aplicáveis ao exercício dessa função administrativa, são deveres do Administrador Público decorrentes da aplicação do princípio do controle:

- A) fiscalização, cadastramento e planejamento;
- B) controle interno, controle externo e transparência;
- C) cadastramento, contabilização e fiscalização;
- D) contabilização, cadastramento e cobrança.

ANÁLISE DE SISTEMAS

31. Sobre modelagem, assinale a alternativa que descreve um aspecto de custos:

- A) O ciclo de vida tem seu orçamento limitado ao tempo previsto no modelo.
- B) Diferentes expectativas aparecem quando da construção de modelos.
- C) Modelos se baseiam no princípio da abstração de custos, com estimativas flexíveis.
- D) É mais fácil corrigir uma maquete que pôr abaixo um edifício.

32. Assinale a alternativa que **não** constitui uma das razões para modelagem:

- A) Gerenciamento da complexidade.
- B) Comunicação entre as pessoas envolvidas.
- C) Processamento e relatórios integrados.
- D) Redução dos custos no desenvolvimento.

33. **Não** representa um dos princípios da orientação a objetos o que consta na alternativa:

- A) Qualquer coisa é um objeto.
- B) Classes são organizadas em hierarquias.
- C) Objetos executam tarefas através da requisição de serviços a outros objetos.
- D) Cada linguagem trata de uma classe diferente.

34. Assinale a alternativa **incorreta** sobre as classes:

- A) Classes são organizadas em hierarquias
- B) Cada objeto pertence a uma determinada classe.
- C) Uma classe agrupa objetos similares.
- D) Nenhum objeto é instância de uma classe.

35. São Visões de um Sistem, **exceto**:

- A) Casos de Usos.
- B) Projeto.
- C) Variação.
- D) Implantação.

36. A visão primária que direciona o desenvolvimento das demais visões encontra-se na alternativa:

- A) Casos de Usos.
- B) Projeto.
- C) Implantação.
- D) Processo.

37. Assinale a alternativa que descreve corretamente os aspectos das Visões de Implementação e de Implantação:

- A) São visões dos conjuntos de processamento, programas que dirigem e controlam o *hardware* e os procedimentos.
- B) Correspondem a características estruturais e comportamentais do sistema.
- C) referem-se a concorrência ou paralelismo e à sincronização e ao desempenho do sistema.
- D) Abrangem agrupamentos de módulos ou componentes e a distribuição física do sistema.

38. Os itens a seguir representam requisitos não funcionais, **exceto**:

- A) Confiabilidade.
- B) Desempenho.
- C) Portabilidade.
- D) Restrições.

39. São as principais representações dos casos de usos:

- A) Monolítico.
- B) Formato Livre.
- C) Processos.
- D) Atividade individual.

40. As opções a seguir apresentam exemplos de fases de ciclo de vida em cascata, **exceto**:

- A) Testes.
- B) Integração dos Requisitos.
- C) Levantamento de Requisitos.
- D) Projeto.